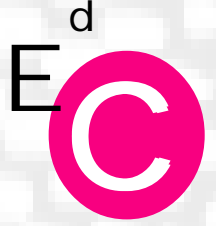


Economia

de Comunhão

uma nova cultura

Pólo
Empresarial
Lionello:
foi dada
a largada!



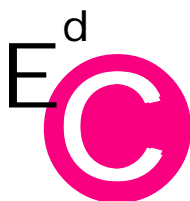
ECONOMIA DE COMUNHÃO
uma nova cultura
Ano VIII – nº 2 – agosto 2002
Suplemento da Revista Cidade Nova

Diretor responsável: Alberto Ferrucci

Endereço para correspondência:
R. Igino Giordani, 176
06730-000 – Vargem Grande Paulista – SP
Fone (+11) 4158.1017
czfginetta@node1.com.br

Impressão:
Paulus Gráfica

3	Cidade celeste e cidade terrestre	Vera Araújo
4	Deus nos chamou a algo de novo	Chiara Lubich
5	Lionello Bonfanti	Elda Pardi
6	Loppiano: uma cidade com cem nomes	L. Gennaro e G. Arsi
8	Cidade sobre o monte e sal da terra	Luigino Bruni
10	Os empresários e o Pólo Lionello	Cecilia e Giuseppe Manzo
10	Um balanço da " E. di C. S/A"	Mário Spreafico
11	Sociedade do lucro e EdC	Adriano Pischetola
12	Informática de comunhão	Giorgio Del Signore
14	Duas perguntas a Lucia Franchini	Cecilia Mannucci
15	A mais-valia de um pólo da EdC	Pierangelo Tessieri
16	Notas sobre o estatuto social da E. di C. S/A	Emanuele Perrone
18	As primeiras respostas	Silvano Roggero





Vera Araújo
vera.araujo@focolare.org

O discurso programático do projeto Economia de Comunhão na Liberdade, pronunciado por Chiara Lubich na Mariápolis Ginetta (Brasil), em 29 de maio de 1991, além de ser portador de uma visão profética, é rico de indicações, de perspectivas, de detalhes a serem entendidos, concretizados e aprofundados.

Neste artigo quero deter-me num pensamento particularmente significativo em relação ao surgimento dos pólos industriais. «As dimensões que esta cidadezinha brasileira deveria assumir são duas: a de “cidade celeste”, constituída pelas estruturas do Movimento, como os focolares, as famílias, os núcleos dos voluntários, as unidades gen, o Centro Mariápolis de formação, as escolas para os religiosos e sacerdotes... enfim, todas as estruturas úteis para a formação de homens novos.

Depois, existe a “cidade terrestre”, composta pelas empresas e pelas outras estruturas sociais». É muito interessante esta visão das nossas Mariápolis permanentes proposta por Chiara. De um lado, a dimensão mais espiritual, que tem por finalidade a formação de “homens novos”, ou seja, de pessoas capazes de se tornarem “outros Cristos”, “outros Jesus” e, portanto, espiritual e vitalmente preparados para levar o divino a todos os lugares.

Para alcançar esse objetivo, além de ser, por si só, no seu conjunto, instrumento de formação, a “cidade celeste” se serve de estruturas que são fruto da inspiração do Espírito Santo. Essas estruturas estão aptas a promover uma formação diversificada, segundo as várias vocações e diferentes idades.

Por outro lado, as Mariápolis permanentes possuem uma dimensão mais “terrestre”, que tem por objetivo a encarnação do divino nas concretizações humanas, de uma forma visível. Nesse caso, quem se exprime não são tanto as pessoas, mas as estruturas produtivas e as próprias obras. Talvez este aspecto nos traga à lembrança que, na humanidade, sempre houve o sonho de realizar ideais espirituais, utopias, valores. A história nos oferece muitas tentativas neste sentido. Qual será a característica específica e a novidade desta realização?

Creio que consista no fato de que ela se alicerça no projeto de Deus para a criação inteira: a divinização de todas as coisas.

Não se trata de um discurso místico ou teológico, dissociado do cotidiano. Pelo contrário, trata-se de considerar, com muita seriedade, a vinda de Deus entre nós, na pessoa de Jesus, em quem tudo é recapitulado (cf Ef 1, 10), porque nele e por meio dele foram feitas todas as coisas (cf Col 1, 16).

Portanto, olhar a dimensão material, que caminha para a divinização, e trabalhar pela sua realização é usar a inteligência cristã, é assumir como missão da vida cristã a transformação de todas as coisas, é antecipar, na fé e no amor, os “novos céus e as novas terras” (cf Ap 21, 1).

«A cidade terrestre, como dimensão essencial da Mariápolis Permanente, fascina justamente por isso. Ela se oferece como penhor do “paraíso terrestre” perdido com o pecado (cf Gn 3, 23-34) e prometido à humanidade na “Jerusalém celeste” (cf Ap 21-22).

O pólo produtivo, bem implantado na Mariápolis Ginetta, e em fase de implantação na Mariápolis Renata, é parte integrante da “cidade terrestre”. Com as suas empresas e com a sua infra-estrutura ele exprime, narra, as maravilhas de Deus. É um sinal do presente vivido no amor, mas é também garantia do mundo que virá...

Em Loppiano, em 1996, Chiara disse que a EdC «sendo amor, não vai durar apenas aqui na terra, mas, por sermos co-criadores com Deus, criamos esta novidade na Igreja e no mundo, novidade que permanecerá na outra vida».

Deus nos convida a algo novo

Chiara Lubich



A Economia de Comunhão na Liberdade, típica do nosso Movimento, nasceu em 1991, no Brasil. Presente naquele país desde 1958, o Movimento difundiu-se nos Estados brasileiros, atraindo pessoas de todas as categorias sociais. Há alguns anos percebemos que, pelo fato de ter crescido muito – no Brasil o Movimento conta com mais de 250 mil pessoas – não conseguíamos cobrir nem mesmo as necessidades mais urgentes dos membros que se encontravam em dificuldades, apesar da viva comunhão de bens que está na base do Movimento. Pareceu-me, então, que Deus nos chamava a algo de novo.

Embora eu não seja especialista em questões econômicas, pensei que, por iniciativa dos membros do Movimento, poderiam surgir empresas, com o objetivo de aumentar as entradas, para ajudar essas pessoas.

A administração dessas empresas deveria ser confiada a pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com eficácia, e que produzissem lucros. Esses lucros – aqui está a novidade – deveriam ser distribuídos do seguinte modo: uma parte, lógico, para incrementar a empresa, entendida como comunidade de trabalho; uma parte para ajudar quem se encontra em necessidade, a fim de oferecer meios de subsistência, até que encontre uma fonte de renda; e, enfim, a última parte, para desenvolver estruturas de formação de “homens novos” – como diz o apóstolo Paulo –, isto é, pessoas formadas e animadas pelo amor, capazes de atuar a “cultura da partilha”, indispensável ao nosso projeto.

Nas nossas cidades-testemunho deveria surgir um verdadeiro setor empresarial, para onde convergiriam as várias empresas da região ou do país, de modo que, na unidade e na comunhão, sintam-se mais sustentadas no empreendimento.

A idéia foi recebida com entusiasmo – eu me lembro daquele dia – não só no Brasil e na América Latina, mas também na Europa e em outras partes do mundo. Muitas empresas surgiram e muitas se transformaram segundo os cânones da Economia de Comunhão.

Esta é uma ação econômica que, embora esteja inserida no sistema econômico vigente, vai na direção oposta dos critérios fundamentais da economia, assim como hoje ela é normalmente concebida. É proposta aos empresários uma nova linha de gestão empresarial que coloca em ação comportamentos inspirados na nossa espiritualidade. Esta linha exige que o homem e os relacionamentos interpessoais sejam recolocados no centro, evitando posturas contrárias ao amor evangélico; pede a valorização dos empregados mediante o envolvimento deles na administração. A ética deve ser respeitada nos relacionamentos com os clientes, com os fornecedores, com a administração pública e, portanto, exige a legalidade.

Leva em consideração o ambiente de trabalho e o respeito à natureza. Favorece a colaboração com outras empresas e instituições sociais.

Além disso, não se pode esquecer – e isso é muito importante – de deixar espaço à intervenção de Deus, à sua providência, inclusive na ação econômica concreta: uma entrada inesperada, a idéia de um produto de sucesso... Nesse aspecto os nossos empresários falam, de fato, de um “Acionista invisível”, o Eterno Pai, que nos levou a superar todas as dificuldades na Ásia, no período da crise econômica que atravessaram.

Até o momento, aderiram a este projeto 760 empresas e atividades de todos os tipos. Economistas, sociólogos e filósofos aprofundam esta idéia que está se tornando uma nova filosofia econômica.

Do discurso de Chiara Lubich, em Trento, por ocasião do “Prêmio Rotary” – 6 de junho de 2001.

Lionello Bonfanti

**Lionello Bonfanti,
focolarino magistrado
que dá o nome
ao Pólo Empresarial
de Loppiano**



Elda Pardi

elda.pardi@loppiano.it

É difícil contar a história de Loppiano ou de cada novidade que ali surgiu, inclusive no âmbito das edificações e da urbanização, sem recordar a história de um dos seus construtores: Lionello. Durante muitos anos ele foi o co-responsável pelo relacionamento desta cidade com as instituições. Uma cidade única no mundo – porque humano-divina, como a definiu Chiara ainda em 1968.

Os seus grandes talentos de seriedade e determinação, todos voltados a concretizar este projeto, destacam-se de modo particular agora que a cidade está dando um salto à frente na encarnação do desenvolvimento econômico e empresarial característico do carisma da unidade, previsto por Chiara desde os anos de fundação.

Lionello nasceu em Parma, em outubro de 1925, numa família rica, que lhe deu uma educação sólida, ressaltando valores como a honestidade, a transparência e a autenticidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial ele estava cursando o ginásio, período em que se envolveu profundamente com os problemas sociais e civis e com o drama que a humanidade estava vivendo.

Em 1943, Lionello matriculou-se na Faculdade de Direito, mas, em virtude da guerra, as aulas foram interrompidas e reiniciaram apenas em 1945, com o fim do conflito. Naqueles anos ele viveu uma dura experiência na prisão, pois havia colaborado com o Movimento de resistência ao fascismo.

Formou-se com a nota máxima e viveu anos de engajamento nas várias atividades culturais e formativas das associações da juventude católica.

O encontro com a espiritualidade da unidade aconteceu por meio de Ginetta Calliari, uma das focolarinas do primeiro grupo de Trento: «O cristianismo que ela me apresentara – contou – era fascinante e cheio de ardor. Tive a impressão de escutar, pela primeira vez, o que realmente era o cristianismo».

Em outubro de 1950, começou a sua ascensão profissional. Lionello tornou-se o mais jovem magistrado da Itália. Foi na Mariápolis de Tonadico, em 1953, que ele sentiu-se chamado a deixar tudo por Deus, no caminho do focolare.

«Aquele convívência – recordou ele – embora tivesse pequenas dimensões, era completa: havia virgens e casados, sacerdotes e operários. (...) Podia ser modelo de uma sociedade mais ampla, pois continha uma lei de valor universal. (...) Naquele “corpo” de pessoas unidas a Cristo, mesmo na pobreza de meios materiais, mesmo sendo composto por pessoas com defeitos e ingenuidade, vi um organismo no qual Deus havia depositado uma luz, uma lei, uma riqueza destinadas a espalharem-se no mundo inteiro».

Em 1965 chegou a Loppiano, onde esperava por ele a missão complexa e delicada de co-responsável da cidade. Durante os 15 anos em que lá esteve, acompanhou todo o seu desenvolvimento com a seriedade e o amor de sempre.

Nele, na sua vida daqueles anos, comprometida com a construção da “cidade sobre o monte”, encontramos refletidas as palavras de Chiara sobre a “função” do co-responsável da Mariápolis, pronunciadas ainda em 1968: «(...) que seja uma verdadeira cidade, (...) uma cidade que emane leis que possam ser úteis à sociedade, em ampla escala, como se esta cidade fosse uma miniatura de toda a sociedade humana».



Loppiano: cidade de cem nomes

Luisa Gennaro e Giuseppe Arsi

luisa@loppiano.it
scinti@loppiano.it



«Por que uma cidade?»

Esta é uma pergunta que freqüentemente é dirigida a Chiara Lubich, a sua inspiradora. As respostas são muitas e bem variadas, basta pensar nos inúmeros nomes atribuídos a Loppiano, a primeira das mais de 20 Mariápolis permanentes que surgiram no âmbito do Movimento dos Focolares, nos cinco continentes:

“Cidade sobre o monte”, “cidade dos jovens”, “cidade escola”, “cidade do mundo unido”... e muitos outros.

«Mas os papéis que cabem à Loppiano – esclarece Chiara numa entrevista de 1985 – principalmente por tudo o que se desenvolverá no futuro, são inúmeros e, com certeza, nós não conhecemos todos».

Portanto, Loppiano é um canteiro de obras sempre aberto.

A idéia

Construir uma cidadezinha que reflita o próprio pensamento, geralmente foi o sonho de quem suscitou uma nova corrente filosófica, ideológica ou espiritual. Foi assim também com Chiara.

Nos anos 50, pessoas do Movimento que estava nascendo, de diferentes categorias sociais e de diversas idades, se reuniam durante as férias de verão no Vale de Primiero, nas montanhas Dolomitas, para aprofundarem o novo estilo de vida. Compunha-se, desse modo, uma cidadezinha temporária – a Mariápolis – e Chiara intuiu que aquela experiência original se tornaria permanente.

Tem início a cidade

Em 1964 a idéia se concretizou graças a um grande terreno situado no planalto que se estende no Oeste do município de Incisa Valdarno, a 20 km de Florença. Trata-se da herança recebida por Eletto Folonari que, tornando-se focolarino, abriu o caminho para a construção da Mariápolis.

Ao longo dos anos, Loppiano foi assumindo o aspecto de uma cidade, embora em miniatura: com casas, escolas, locais de trabalho, espaços para encontros, uma cidade que surgiu a partir de uma idéia bem precisa.

Loppiano hoje

Tendo iniciado com um grupo de jovens e de famílias que chegou à região do Valdarno entre os anos 60 e 70, para começar a construção de ruas e casas, hoje, com cerca de 800 habitantes, de 70 países, a cidadezinha se apresenta como um protótipo de uma nova sociedade alicerçada na lei evangélica do amor recíproco.

Nela vive um pequeno “povo”, formado por estudantes e professores, profissionais, artesãos, agricultores, artistas, jovens, famílias, religiosos, sacerdotes, cristãos de várias Igrejas e fiéis de outras religiões.

Anualmente passam por Loppiano mais de 40 mil visitantes que, junto com seus habitantes, contribuem na composição do projeto de unidade sobre o qual a cidade se fundamenta.

Durante esses anos consolidaram-se as diversas atividades econômicas, que nasceram para o sustento de seus habitantes. De fato, a economia de Loppiano baseia-se no trabalho.

Em 1973 surgiu a Cooperativa Loppiano Prima, para a produção de vinho e azeite. Foi definida um pródomo da Economia de Comunhão.



Hoje, Loppiano: "cidade industrial". Surge o Pólo Lionello: etapas de uma história.

5 de abril de 2001. Na escola de empresários e agentes da EdC, Chiara lançou um novo desafio: implantar, na Itália, um Pólo Empresarial, farol de credibilidade para a Economia de Comunhão, ao qual poderão se unir as empresas italianas da EdC.

A proposta foi recebida pelos participantes com grande entusiasmo. Os empresários entenderam que, para cada um deles, apresentava-se uma nova chance para revigorar o compromisso de viver pela EdC. Um pequeno grupo de especialistas – dois empresários, um comerciante, um contador – junto com Oreste Basso, Gis Calliari e os responsáveis pela Mariápolis de Loppiano, começaram a aprofundar o projeto.

17 de junho. Está tudo pronto para o primeiro lançamento. Chegaram a Loppiano os responsáveis das regiões italianas, acompanhados de alguns membros das comissões da EdC nas várias regiões. Recordaram as palavras de Chiara, quando disse que a EdC é obra de Deus, e que «Ele gosta de usar como seus instrumentos, para as suas finalidades, homens e mulheres deste mundo».

Partiram da idéia original, quando, em 1962, em Einsiedeln (Suíça), Chiara sonhou com o nascimento de uma cidade composta por casas, escolas, indústrias... cuja lei seria o amor recíproco.

Agora Loppiano, junto com outras Mariápolis no mundo, é uma realidade. Nas suas vizinhanças será implantado o Pólo Empresarial. Já começaram os trabalhos, estão sendo estudadas as questões relativas a uma sociedade anônima e o seu estatuto, ao Pólo, como ponto de referência para as empresas da Economia de Comunhão e de atração para os agentes e para todas as pessoas que se interessam por economia.

Foi lançada uma proposta que tem por objetivo envolver o maior número possível de pessoas para realizar o "pobres, mas muitos", palavra-chave usada por Chiara no nascimento da EdC.

Alguns empresários já manifestaram o desejo de se transferir para o Pólo. Constituiu-se uma comissão de trabalho e foi escolhido um representante para cada região. Chiara deu ao Pólo o nome de Lionello, recordando o focolarino Lionello Bonfanti e a sua vida em Loppiano.

Realizaram-se sucessivos encontros de atualização e a generosidade de todos, inclusive dos mais pobres e dos jovens, está se concretizando. Existe a certeza de participar de uma grande iniciativa.

15 e 16 de setembro. Os trabalhos de preparação estão bem encaminhados, o estatuto está pronto e a constituição da sociedade foi marcada para outubro. O Pólo Lionello está se tornando realidade.

12 de outubro, Rocca di Papa. Alguns representantes do futuro Conselho de Administração apresentaram a Chiara uma síntese do estatuto da Sociedade E. di C. Chiara mesma escolheu o nome, que lhe pareceu ser um programa e um estímulo para encarnar cada vez melhor os valores nele contidos.

13 de outubro, Maddaloni. No cartório de Emmanuelle Perrone reuniu-se uma pequena representação das pessoas que aderiram ao projeto. São os primeiros sócios da E. di C. S/A, que se constituiu neste dia. Momento de alegria, de comemoração e de compromisso pelo "pobres, mas muitos" que, com a própria adesão, têm a consciência de estarem dando uma pequena, mas fundamental contribuição ao sonho: que no mundo não haja mais nenhum pobre.

«Nós entrevistamos as características das nossas Mariápolis 30 anos atrás, sob o sopro do Espírito. Esta nossa cidadezinha deve ser assim: uma convivência entre pessoas de todas as vocações, portanto, todas as que estão representadas no mundo, assim como ele é.

Essas pessoas vivem com o objetivo de reevangelizar cada aspecto da própria vida ou, se não for cristã, porque há também membros não cristãos, de dar um sentido religioso a todos os aspectos da vida, portanto, ao trabalho, ao estudo, à oração, aos meios de comunicação, ao esporte, ao descanso, ao relacionamento entre os membros, ao relacionamento com as pessoas que vêm de fora, os visitantes. Para isso, logicamente, são necessários ambientes adequados. É assim que, na cidadezinha, surgem casas, escolas, inclusive locais de trabalho, para que se chegue à auto-suficiência econômica dos habitantes».

Chiara Lubich
(entrevista, dezembro de 1990)

O Pólo empresarial: cidade sobre o monte e sal da terra

Luigino Bruni
bruni.l@microelettra.it

«Vós sois a luz do mundo.
Não se pode esconder uma
cidade situada sobre o
monte».

O Pólo Lionello

O Pólo Empresarial Lionello, em Loppiano, surge neste momento da história e, a meu ver, oferece um paradigma de um modo feliz de conjugar exigência de comunidade com abertura a todos. Trata-se de um modelo de comunidade que redescobre a própria identidade justamente por ser aberto ao mundo inteiro.

O Pólo produtor é uma forma econômica nova e inovadora. Os economistas conhecem e estudam, há pelo menos cem anos, os “distritos industriais”, isto é, as áreas caracterizadas pela presença quase exclusiva de uma única indústria, que promove o desenvolvimento de muitas pequenas empresas. Elas conseguem alcançar elevados graus de eficiência, compensando a ausência das “economias internas” (elevados níveis de eficiência alcançáveis graças às grandes dimensões) com as “economias externas” (fluxo de informações, cultura social, confiança...) que a localização traz consigo. A Itália é especialmente rica de distritos industriais: quem viveu na região das Marcas, na Lombardia, na Toscana, no Vêneto e, mais recentemente, na Basilicata e na Puglia (para citar apenas os distritos que conheço pessoalmente), sabe muito bem o quanto a produção de calçados, de instrumentos musicais, de chapéus, de fiiação, de couro, de torneiras ou de móveis estão particularmente ligadas aos distritos.

É claro que um pólo de EdC apresenta algumas dessas características. Em especial a proximidade geográfica permite ativar muitas das economias externas, fatores de sucesso dos distritos. No entanto, ele se diferencia pela heterogeneidade dos setores econômicos aos quais as empresas pertencem e por estar inserido numa *Mariápolis* Permanente do Movimento dos Focolares, o que garante e alimenta a sua “cultura social” específica, mas a diferença está, cima de tudo na razão da sua existência.

Globalização e comunidade

O Pólo Lionello nasceu em plena era da globalização, num momento histórico rico de esperanças, mas também de incógnitas.

A globalização das finanças, dos intercâmbios comerciais, da informação e da cultura está transformando profundamente o nosso modo de conceber a economia e a sociedade.

Ao mesmo tempo, a homogeneização produzida pela globalização, às vezes chamada de “macdonaldização”, está provocando uma reação, um outro processo simétrico: a localização, isto é, a tendência de se redescobrirem valores e culturas locais, raízes, símbolos, de se redescobrir a ética, a dimensão comunitária.

É grande a procura de novos modelos de estilos de vida e de consumo, capazes de conjugar a dimensão global do mundo (que já atingiu o ponto de não-retorno) com a vida de comunidade. Mas esta pode também vir a ser um fechamento em ilhas de “felicidade”, que se desinteressa pelo que acontece ao redor. Hoje, um número cada vez maior de pessoas, nos países mais industrializados (em certos países já ultrapassa a casa dos 10%), vive em cidades particulares, com muros e exércitos particulares, demonstrando que a exigência de comunidade talvez não se conjugue com a característica de toda comunidade que almeja ser *civitas*: a abertura, o universalismo. Em outras palavras, a redescoberta da “comunidade” nem sempre é acompanhada de um retorno à cidade ou do compromisso em fazê-la tornar-se comunidade das cidades, no antigo sentido de *civitas*. A Economia de Comunhão é, com certeza, uma das fontes para enfrentar tais mudanças.

Outros artigos deste número especial buscam responder a esta pergunta. Aqui eu me limitarei a acrescentar algumas considerações, talvez marginais, mas que gostariam de ser uma pedra do mosaico, que somente no seu conjunto dá uma idéia do desenho.

Creio ser fecundo lermos a realidade e a vocação dos pólos produtores da EdC através de duas metáforas evangélicas, a partir das quais devemos nos deixar interrogar e, ao mesmo tempo, captar elementos de compreensão de sua vocação. São a metáfora do “sal e fermento” e a da “cidade sobre o monte”.



O pólo como “cidade sobre o monte”

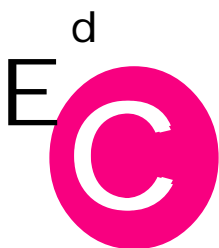
Um primeira vocação de um pólo da EdC, inclusive, e sobretudo por estar inserido numa “cidade”, consiste em ser “cidade sobre o monte”, a fim de iluminar antes de mais nada toda a realidade da EdC e depois, direta e indiretamente, toda a realidade econômica e social.

O que significa para uma realidade econômica ser “cidade sobre o monte”?

1. *O Pólo como laboratório.* Em primeiro lugar, é uma comunidade de empresas de comunhão que quer ser cidade sobre o monte, isto é, um esboço de uma economia nova e cristã; é um laboratório onde se experimenta, em condições especiais e privilegiadas (como em qualquer laboratório), um modo de fazer economia que serve de modelo a quem não vive na “cidade sobre o monte”, mas “no sopé do monte”. Como num laboratório civil, são estudadas leis que depois servirão para construir pontes ou curar doenças.

2. *Assumir o desafio da comunhão radical.* Se a cidade está “sobre o monte”, se tem condições específicas para poder desenvolver a experiência de uma vida econômica verdadeiramente cristã, então realiza a sua missão se realmente abraçar o desafio do amor recíproco, ou seja, se fez da comunhão (que é muito mais do que a comunhão de bens materiais) a própria razão de ser. Uma cidade sobre o monte só “serve” às “cidades que estão no sopé do monte” se ilumina. E ilumina se é aquele esboço de comunhão à qual é possível olhar para deixar-se interrogar, para inspirar a todos os que, embora não vivam naquela cidade, querem viver o Evangelho na própria atividade econômica e social.

Um pólo que surge neste momento histórico não pode se limitar a ser apenas uma “comunidade” de empresas: deve mirar a ser “comunidade-cidade”, comunidade civil. Ou melhor, deve vencer a tentação, às vezes encontrada no mundo da economia social, de se construir uma economia “alternativa”, entendida como um nicho protegido e isolado.



Quais são os requisitos para ser “cidade”?

Transparência e legalidade: um pólo deve ser um modelo de gestão transparente dos fundos administrados. Hoje, no mundo da economia social ou civil, a transparência é um “sinal dos tempos”. Se o pólo deve ser um modelo, deve ser um modelo de transparência. Deve ser também um exemplo de legalidade, deve fazer escolhas que vão contra a corrente, sabendo-se que é dessas escolhas, muito custosas, feitas por quem nele atua, que depende o seu ser cidadão do pólo.

Eficiência e responsabilidade: uma cidade sobre o monte administra seus bens com eficiência, sem desperdícios, “faz bem o bem”, com a diligência de um bom pai de família. Há de evitar as tentações típicas dos comunismos, para abraçar o desafio muito mais exigente da comunhão.

Providência divina: um pólo deve ser um pequeno ícone da Providência divina, isto é, deve demonstrar que, quando se busca Deus e a sua justiça, quando se tem a coragem de ir contra a corrente, de viver a legalidade com o risco da pobreza (a típica pobreza evangélica), quando se acredita na lógica do Evangelho, então Deus é fiel às suas promessas e intervém, fazendo com que se experimente o cêntuplo prometido. As pessoas do sopé do monte têm necessidade da Providência, de acreditar que existe um Pai que intervém inclusive na vida econômica, e a cidade sobre o monte deve apresentá-lo, deve demonstrar que Deus, que Jesus, atua inclusive nos acontecimentos ordinários, também na vida econômica; ele não é uma “pessoa estranha ao serviço” (para usar uma expressão de Tomaso Sorigi), que deve ficar do lado de fora da “cidade de Deus”.

Cidade feliz: enfim, um pólo que vive todas essas dimensões, deve ser uma cidade feliz, deve mostrar que uma vida de comunhão é mais feliz, e a felicidade é contagiante.

Para ser “sal e fermento”

Somente se um pólo for uma autêntica cidade sobre o monte pode se tornar “sal e fermento”, pode contagiar, isto é, pode levar aquela comunhão que antes vive. A cidade difere da fortaleza justamente por se deixar atravessar, sujar-se pelo forasteiro, que muitas vezes bate à sua porta em busca de ajuda e de esperança. Em especial deve deixar-se contaminar por outras empresas de EdC que não estão no pólo e que, apenas com a presença, afirmam ser possível uma Economia de Comunhão também fora do laboratório. Como deixar-se contaminar para contaminar?

Um pólo tem uma vida externa muito importante todas as vezes que entra em contato com fornecedores, com clientes e com o poder público. É como se, idealmente, a cidade abrisse suas portas para descer do monte e tornar-se sal da terra.

Mas os primeiros que têm necessidade desse fermento são as demais empresas da EdC, espalhadas pelo mundo, fora dos muros. São elas que precisam de uma cidade que ilumine e de um fermento que leve a massa.

Pessoalmente, estou convencido de que os pólos serão um dos principais legados, talvez o mais importante, do projeto da EdC. Não é difícil imaginar que grande parte da qualidade e do desenvolvimento da EdC, no futuro, dependerá dos pólos. Do que se viu até agora, os primeiros passos do Pólo Lionello, a luz e o sal dos pólos que já existem, não podem deixar de induzir a uma grande esperança.

Os empresários e o Pólo Lionello

Cecilia e Giuseppe Manzo
manzogiuseppe@libero.it

2001 foi um ano importante para nós, empresários: nos sentimos tomados pela mão e acompanhados de modo particular. Um acontecimento significativo foi a maravilhosa Escola de Empresários realizada em abril, em Castelgandolfo, celebrando os dez anos da EdC. Plenificou-nos de novo ardor e ânimo para vivermos por este projeto.

Naquela ocasião, Chiara lançou duas iniciativas importantes e muito significativas: uma escola de formação para os empresários e o surgimento do Pólo Empresarial Lionello, em Loppiano; dois presentes especiais dos quais, talvez, ainda não tenhamos percebido o valor histórico e as perspectivas de desenvolvimento futuro.

Acolhemos as duas propostas com grande entusiasmo e imensa gratidão: sentíamos a exigência de uma formação à EdC de forma regular e permanente, e a escola, iniciada em Milão em 28 de novembro, foi a resposta a esta profunda expectativa.

Em relação ao Pólo Lionello, estamos orgulhosos por podermos participar e colaborar pessoalmente, como empresários ou com nossas empresas, para a realização deste grande sonho, deste projeto certamente inovador, pela contribuição que trará ao mundo econômico e pelas transformações que já está trazendo ao mundo político (cf. p. 14).

Percebemos profundamente a importância deste acontecimento e já o consideramos ponto de referência e modelo de vida "Ideal" para as nossas empresas da EdC.

Conforta-nos e nos dá esperança o fato de que, no Pólo, se realizará um "esboço" de convivência nova entre as empresas, que tornará visível a vida de comunhão entre elas e a Mariápolis Renata, farol da presença de Deus entre os homens.

Será um lugar de referência, um espaço no qual poderemos dialogar, retomar coragem e forças nos inevitáveis momentos difíceis da vida das nossas empresas.

Sabemos que é um projeto árduo e difícil, mas com humildade e tenacidade, junto com muito outros, estamos felizes por dar a nossa contribuição para a sua realização.



Reunião de preparação para a fundação da E. di C. S/A



Giuseppe Manzo



Cecilia Manzo



Beatrice Vecchione



Elda Pardi

Um balanço da "E. di C. S/A"

Mario Spreafico
mario.spreafico@spreafico.it

Em 13 de outubro de 2001 foi constituída a "E. di C. S/A". A comissão, constituída especificamente para a implantação do Pólo Lionello, trabalhou sem tréguas, assistida por Oreste Basso e Gisella Calliari, que deram uma preciosa colaboração, não apenas espiritual, mas de lucidez e coerência ao pensamento "realizador" da fundadora, Chiara Lubich.

Para nós, da comissão, ser concretos significava submeter reciprocamente cada pensamento, cada reflexão, cada iniciativa. Trabalhando assim experimentamos, com surpresa, o quanto esta unidade nos gerava e regenerava; experimentamos ainda como as diferenças de pensamento e de visão profissional se compunham, seja na vontade pessoal de "estar a serviço", seja na consciência de ser "servo inútil".

Algum tempo atrás fui estimulado, por amor ao carisma de Chiara Lubich, a me abrir a soluções e perspectivas que não se enquadravam nos tradicionais esquemas da economia e a colocar a minha competência profissional a serviço dessas soluções. Desse modo, experimentei, até quando parecia que a burocracia dominava e as normas nos derrubavam, que também as leis eram iluminadas por uma luz particular.

Uma vez constituída a Sociedade Anônima E. di C., contamos agora com uma presidente e um vice-presidente, que são Cecilia e Giuseppe Manzo, empresários de Novara; um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, encarregados da administração e do controle. Em breve teremos um escritório em Loppiano e, logo mais, lançaremos as subscrições para aumento de capital.

Logicamente, visto que nos dirigimos a um grande número de acionistas («somos pobres, mas muitos...»), a legislação nos impõe normas bem claras. Por esta razão, estamos preparando um boletim informativo oficial e estamos entrando em contato com uma firma de auditoria, que deverá certificar o nosso balanço.

Nesse ínterim, promovemos reuniões com os empresários que manifestaram o desejo de se transferir, em todo ou em parte, para o Pólo Lionello. Estamos também concluindo as negociações para a compra do terreno no qual o Pólo poderá ser implantado. Por fim, estamos definindo cada vez mais a função do Pólo, articulando os vários projetos e estipulando as várias atribuições.

Assim, o dia da constituição da E. di C. S/A, mais do que um ponto de chegada, representou um ponto de partida de um projeto pelo qual nos sentimos responsáveis, não apenas diante de Chiara Lubich, primeira sócia da empresa, mas também diante daquele Sócio especial que espera de nós toda a atenção, todo o amor e toda a dedicação para colaborarmos com os seus planos, também por meio da nossa ação no mundo, testemunhando a Sua presença.



Pierangelo Tessieri

Mimmo Foderaro

Mario Spreafico

Cecília Mannucci

Conselho de Administração
da E.diC. S/A

Um primeiro e grande questionamento é levantado pelos agentes econômicos que, junto com outras pessoas, desejam desenvolver uma atividade econômica finalizada à partilha dos lucros, mas com canalização total ou parcial para fins de solidariedade, num sentido amplo ou especificamente para favorecer pessoas em dificuldades ou, ainda, para apoiar estruturas que trabalham, formam e cultivam as idéias-força nas quais a EdC se inspira.

A questão é a seguinte: é possível, segundo a legislação italiana, constituir sociedades (comerciais ou de assistência) ou será necessário recorrer a esquemas econômico-produtivos diferentes ou alternativos?

A dúvida sobre uma real utilização dos esquemas tradicionais (sociedade de pessoas, de capital, cooperativas ou consórcios) nasce do fato de que a lei italiana (art. 2247c.c.) define o contrato de sociedade como aquele em que «duas ou mais pessoas participam com bens ou serviços para o exercício comum de uma atividade econômica, com a finalidade de repartir os resultados». Geralmente – ou melhor, quase sempre – a jurisprudência especificou que um elemento “essencial” do contrato de uma sociedade é justamente a produção (e divisão) do lucro, mesmo se ao lado de outros elementos, como o aporte de bens e/ou serviços a um patrimônio distinto e separado do patrimônio dos sócios, ou a identificação da atividade exercida para uma coletividade, e não apenas a um indivíduo.

Em outras palavras, será que pode ser desenvolvida – segundo as formas organizacionais previstas pela nossa legislação – uma atividade econômica finalizada à produção e à divisão parcial do lucro, visto que uma parte dele, por estatuto, é destinada à promoção e sustento de pessoas pobres ou de estruturas com objetivos além daqueles individuais? Pode esta atividade ser exercida por uma “sociedade” – no sentido técnico – encontrando tutela e reconhecimento por parte da legislação?

A resposta – com certeza nada fácil, inclusive pela novidade do fenômeno em discussão e pela quase total inexistência de experiências análogas avaliadas pela justiça – não pode prescindir da interpretação que se pretende dar à expressão “divisão do lucro”; mas creio, todavia, que poderá ser uma resposta positiva.

De fato, “divisão” não equivale a “retirada”; no ato da aprovação do balanço, os sócios poderão sim dividir o lucro produzido, mas determinar, uma vez dividido, que o lucro, enquanto patrimônio próprio e de acordo com a livre disponibilidade de cada um, seja direcionado em favor de terceiros, para finalidades consideradas meritorias e benquistas.

Em síntese: se é verdade que o estereótipo legal, o esquema abstrato de “sociedade” delineado pela lei, não

pode prescindir da valorização do elemento “lucro”, isto não significa que, nos casos em que esse elemento, desde que presente, pela livre determinação dos sócios, seja “amoldado” (embora em parte) a um objetivo diferente do ganho pelo ganho, se deva considerar inexistente e inoperante tal modelo e, talvez, cair no campo de um mero associativismo.

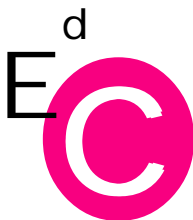
Dois julgados vêm nos dar uma confirmação indireta. Um deles, do Tribunal de Perugia, segundo o qual «deve-se considerar válida a cláusula estatutária “que impõe à assembléia destinar uma parte do lucro líquido anual à beneficência, quando não for incompatível com o objetivo de lucro, perceptível do estatuto no seu conjunto, e a prevista heterodestinação do lucro seja justificada pelo objetivo de promover, também indiretamente, a imagem da empresa» (Tribunal de Perugia, 26 de abril de 1993, em Giur. comm., 1995, II, 109).

O segundo julgado, emitido pelo Tribunal Superior, diz: «Visto que a produção (e divisão) do lucro, que constitui o elemento objetivo da razão do contrato de sociedade, seja referida ao complexo da atividade social, não compromete a função econômico-social, típica (objetivo e método utilitário) quando qualquer ação ou negócio, voltando ao objeto social (na espécie: obrigações de garantia), seja exercido sem fins lucrativos» (Cass. 10 de agosto de 1965, n.1921, em Giust. civ. Mass., 1965, 993”).

Além desses princípios aqui enunciados (que podem, sem dúvida, ser aproveitados, embora abordem o problema apenas de longe e indiretamente) se voltássemos a atenção sobretudo para a força idealística bem como para o maior potencial produtivo de exequibilidade de que a estrutura empresarial societária se beneficiaria, quando os sócios soubessem que poderiam, também institucionalmente, contar com uma finalidade alternativa para o lucro social produzido, a inserção no modelo social tradicional de elementos aparentemente contraditórios deixaria de ser uma operação inverossímil e artificial, e se tornaria digna de maior reflexão e credibilidade.

Informática de Comunhão

O que impulsiona um empresário EdC a abrir uma filial no Pólo Empresarial de Loppiano? Com a palavra, administradores, sócios e funcionários.



Giorgio Del Signore,
sub-gerente

Em 1991, quando nasceu a Economia de Comunhão, eu estava com 29 anos, tinha um diploma em Economia e um emprego numa grande empresa de informática. Aderi imediatamente ao projeto: estava disposto a arriscar tudo o que possuía. Abrir uma empresa de informática em Roma, em plena crise de mercado, não era nada fácil. O que me deu confiança foi o lema que impulsionou decisivamente o nascimento da própria EdC: "Somos pobres, mas muitos".

De fato, desde 1992, muitas pessoas assumiram o projeto da Unilab Informática Ltda., que nasceu graças à vontade de seus dez sócios de contribuir na difusão do projeto da Economia de Comunhão.

Atualmente, a empresa oferece serviços de formação para a alfabetização e a especialização em tecnologias da informática, trabalha com projetos e administração de redes, produz programas e oferece serviços *internet*.

Hoje a Unilab conta com mais de 40 funcionários e com um faturamento superior a 3 milhões de reais por ano. Entre seus maiores clientes, destacam-se grandes empresas que, nesses últimos anos, possibilitaram que tivéssemos sede própria não só em Roma, mas também em Milão; e que atuássemos de outras maneiras em várias cidades italianas.

Tudo isso foi possível graças a escolha feita por muitos de nós, administradores e funcionários, ou seja, a escolha de colocar à disposição o profissionalismo e a experiência, contribuindo para que a cultura da partilha se tornasse o verdadeiro patrimônio da nossa "comunidade de trabalho".

Angela Cilento,
funcionária da Unilab

Estou na empresa há aproximadamente dois anos. Assim que cheguei, encontrei a disponibilidade dos colegas que têm mais experiência e que desejavam me ajudar a crescer profissionalmente. Todos os dias há, entre nós, um intercâmbio de conhecimento técnico-profissional que se torna patrimônio comum. Existe também um ótimo clima de partilha, de colaboração e de respeito recíproco, pelo qual todos nos sentimos responsáveis. Para mim, que trabalho na administração, significa estar sempre à disposição para esclarecer a situação de cada um. A troca de idéias, a contínua comunicação das dificuldades e dos sucessos, nos torna partícipes e motivados; nos leva a dar tudo de nós a fim de encontrarmos soluções para os problemas ou para realizarmos um novo projeto.

Giuseppe Vitale,
diretor de treinamento

No início, o clima na empresa me surpreendia muito. As experiências de trabalho que havia feito até então amadureceram em ambientes nos quais, em função da produtividade, não eram tolerados erros nem desatenções. Assim, eu também não tolerava equívocos por parte dos colegas e estava sempre pronto a chamar a atenção deles.

Foi com este modo de pensar que cheguei à Unilab, criando muitas tensões nos relacionamentos interpessoais. Observando o novo estilo de empresa, percebi que poderia redefinir a minha concepção de trabalho, para melhorar a qualidade da minha vida e da vida dos meus colegas. Lentamente habituei-me a ser paciente com quem é lento e a ser tolerante com quem erra. Mas, principalmente, como acontece numa família, estou aprendendo a resgatar o relacionamento entre as pessoas, sem me cansar.

Também o relacionamento com os clientes é diferente. No ano passado trabalhei como professor numa importante instituição pública.

Logo percebi que era de praxe não respeitar o horário das aulas. Conversando com Giorgio, decidi cumprir a minha função com responsabilidade, indo contra a mentalidade corrente.

No início não foi fácil resistir à contestação dos funcionários, mas depois todos me valorizaram, inclusive a direção, que ficou satisfeita por ter redescoberto o valor dos cursos de treinamento.

Anna Maria Filice,
programadora

Em 1997, quando soube que estava grávida, pensei que não seria conveniente para a empresa que, além de tudo, teria um prejuízo financeiro.

Para a minha grande surpresa, a notícia não comprometeu o meu trabalho e foi recebida por todos com alegria, inclusive pelos diretores.

Jamais escutei uma palavra ou percebi uma reação de impaciência com os meus atrasos ou faltas; ao invés, notei uma pequena "corrida", para que esta experiência não se tornasse um peso emocional para mim e para evitar que eu fizesse trabalhos não adequados ao meu estado.

Em janeiro de 2001, a notícia de uma segunda gravidez foi acolhida com a mesma alegria por uma nova vida que estava chegando.

Da minha parte, antes de tirar licença, organizei o trabalho de modo que não deixasse problemas ou situações não resolvidas.

Giorgio del Signore
giorgio.delsignore@unilab.it

Luciano Sulis,
gerente

Durante uma entrevista de admissão, percebi que a pessoa entrevistada recebia um salário baixo na empresa onde estava atuando. Seria fácil oferecer um salário menor do que a Unilab costuma pagar a funcionários que exercem a mesma função. Embora fosse compreensível pela lógica do mercado, não seria eticamente justo. Sem hesitar, ofereci o salário que normalmente é pago na empresa. Experimentei uma alegria profunda e uma grande liberdade.

Nesse último período, como administradores, estamos procurando delinear melhor as tarefas e as funções numa espécie de organograma. Sentimo-nos sustentados pela disponibilidade e interesse de todos os empregados, que se relacionam e se comportam de modo a garantir a eficiência e a continuidade do trabalho.

Trabalhamos juntos, com o objetivo de definir lógicas e critérios organizacionais eficazes, mas de acordo com a cultura da partilha. As múltiplas experiências que esta cultura nos levou a fazer nesses anos estão delineando os elementos de um profissionalismo e de uma cultura empresarial cada vez mais de acordo com a Economia de Comunhão.

Giorgio Pierfederici,
sócio

Não trabalho na empresa, mas nesses anos acompanhei suas atividades junto com os outros nove sócios. Cada um de nós colocou à disposição um pequeno capital, sem pensar no “peso” da sua cota. Na Assembléia cada um é escutado com a mesma dignidade e, com o mesmo empenho, todos buscam colaborar com o bem da empresa. Eu mesmo, várias vezes, colaborei na procura de uma nova sede, para conseguir um novo pedido ou para conseguir novos funcionários. Nos primeiros anos, quando a empresa estava sendo implantada, junto com Giorgio, dispus-me a ser fiador para obter empréstimos bancários.

Desde que a distribuição do lucro aos sócios se tornou regular, é normal, para cada um de nós, destinar a própria parte aos pobres e à difusão da cultura da partilha.

Giorgio Del Signore

Na Unilab, o “partilhar” dos funcionários, dos sócios, dos diretores, dos clientes, se exprime de muitas maneiras, seja dentro que fora da empresa.

Nos relacionamentos com as pessoas de fora, clientes e fornecedores, percebemos que a cultura da partilha pode promover a renovação do mercado. Vivida com as empresas parceiras, pode, por sua vez, levar a uma renovação do tecido produtivo.

Esta experiência nos leva a considerar a empresa como um bem que pertence a cada um de nós e que todos somos chamados a valorizar, para o bem de todos.

Por que uma empresa como a nossa decidiu aderir ao projeto do Pólo Lionello?

Mais uma vez foi o impulso do lema “Somos pobres, mas muitos”, que deu origem à Unilab.

Parece-nos que esta nossa adesão é uma peça que contribui com o crescimento qualitativo do projeto EdC. O Pólo terá muitos acionistas, mas também muitas pequenas empresas.

Para concretizar a nossa adesão, estamos estudando a possibilidade de construir no Pólo uma nova sede para cursos de informática. Além disso, está para ser constituída uma nova empresa, a Raibow Consulting Ltda., que promoverá cursos de formação e administração de empresas na ótica dos princípios da EdC.

Faremos de tudo para que este projeto se torne uma realidade.

Da esquerda para a direita:
Giuseppe Vitale,
Annamaria Silice,
Alberto Ferrucci,
Giorgio del Signore,
Luciano Sulis,
Gabriele Bardo,
Giorgio Pierfederici



Duas perguntas a Lucia Franchini, Deputada da Região Toscana



Cecilia Mannucci

cecilia.mannucci@tiscalinet.it

O Pólo Empresarial de Loppiano está suscitando interesse no campo político e institucional.

Lucia Franchini compõe o governo Região Toscana, tem um passado de sindicalista e está sempre muito atenta à problemática econômica.

Dentro em breve vai apresentar uma moção ao Conselho Regional da Toscana, para despertar a atenção e um debate sobre o Pólo Empresarial de Loppiano, propondo, entre outras coisas, «inserir o projeto nos programas de desenvolvimento da Região Toscana, como modelo a ser proposto e multiplicado, inclusive com a finalidade de reforçar e organizar a atuação de uma nova política de cooperação ao desenvolvimento».

Quais são os pontos de referência que orientam a sua atuação política?

Atualmente, o maior desafio para todos nós é promover e difundir valores essenciais, como a igualdade entre os povos, as políticas de coesão econômica e social, os direitos de cidadania, a subsidiariedade, a unidade, respeitando o pluralismo das diversas identidades, tradições e religiões.

Chiara Lubich nos indica mais uma vez, com simplicidade, mas com grande emoção e idealismo, o princípio mestre que deve ser o nosso ponto de referência: a fraternidade. Também na política não podemos prescindir desse conceito, porque Chiara, com muita lucidez, nos lembra que «a resposta à vocação política é, acima de tudo, um ato de fraternidade: de fato, não se entra em campo apenas para resolver um problema, mas se age por algo que é público, que diz respeito aos outros, querendo o bem deles como se fosse o próprio».

É um valor simples de ser compreendido, mas árduo na sua prática, quando deve corresponder a uma conseqüente linearidade na ação.

Por outro lado, estou convencida de que este é o valor que deve ser concretizado. Talvez, no início, seja apenas uma tendência, mas, se quisermos realmente elevar e qualificar as ações de governo e de representação política, construir juntos um senso comum de identidade, de destino e de cidadania, temos que partir do reconhecimento que apenas o conceito de fraternidade política pode traçar um percurso de coesão e de participação.

Na sua opinião, que significado pode ter um Pólo Empresarial baseado nos princípios da Economia de Comunhão dentro do atual contexto econômico?

O diálogo na política e na Economia de Comunhão, assim como a economia solidária e a finança ética, são elementos essenciais para desenvolver um modelo de convivência. Neste sentido, a Região Toscana não pode deixar de reconhecer que a implantação do Pólo Empresarial de Loppiano representa um grande desafio para o nosso território, um projeto ao qual devemos aderir e que temos que inserir nos programas de desenvolvimento da Região, a fim de reforçar e organizar uma nova política de cooperação ao desenvolvimento.

Desse modo, poderemos afirmar, com a prática, que não é verdade que o único modelo adotável no mercado de trabalho é o clássico econômico liberal. Poderemos afirmar que a competitividade das empresas continua existindo, embora destinando parte do lucro a iniciativas de formação e de solidariedade social.

Poderemos afirmar principalmente que a Economia de Comunhão é um modelo de convivência pelo qual, dentro do mundo econômico, cada sujeito – a empresa, o empregado ou o consumidor – redescobre a liberdade de escolha e de ação, assim como a preciosa unidade entre valores e comportamento. Um modelo, em síntese, que, além de voltar a atenção ao balanço econômico, não esquece o “balanço social”, isto é, a avaliação do quanto os recursos humanos são valorizados pela empresa (apesar de não esquecer o lucro) e, portanto, o relacionamento com os funcionários, com os fornecedores e com os concorrentes devem ser fundamentados numa competição de qualidade, com transparência e respeito ao meio ambiente.

O Pólo Industrial Lionello, de Loppiano (Incisa Valdarno), é a proposta lançada por Chiara Lubich aos empresários que, aos dez anos do nascimento do projeto da Economia de Comunhão, reuniram-se em Castelgandolfo para a primeira Escola internacional de formação, com o objetivo de avaliar o projeto EdC e abrir novos horizontes.

Um grupo técnico trabalhou e está trabalhando nos vários aspectos concretos, como foi citado nos outros artigos, mas talvez, não esteja claro para todas as pessoas o valor específico de um Pólo Empresarial, o seu valor agregado.

Existe na Itália e em outros países (inclusive no Brasil – n.d.T.), uma ampla e documentada experiência das estruturas de serviço que, em termos técnicos, chamamos de “incubadoras”, geralmente administradas por instituições públicas que, depois de adquirirem um terreno industrial e de implantarem a infra-estrutura necessária (urbanização, ruas, eletricidade, telefones, etc.) promovem e incentivam a abertura de novas empresas, principalmente no setor da alta tecnologia e dos serviços inovadores. Essas incubadoras suscitam amplo consenso pela sua capacidade de favorecer o momento inicial de uma empresa, a busca de capital, a fase de organização, a análise de mercado, a redução dos custos de aluguel e de promoção. A lógica do projeto desses centros baseia-se na plena partilha das estruturas e na oferta de consultorias especializadas (marketing, certificados de qualidade, serviços de ponta na *internet*) com o objetivo de facilitar os primeiros passos da empresa.

Ao lado de uma estrutura permanente de formação (salas de aula, auditórios, salas para videoconferência), é comum encontrar ambientes equipados e imediatamente disponíveis para suprir as exigências de empresas produtivas ou de prestação de serviços, à disposição de todos os que atuam dentro dessa mesma estrutura. O cenário que caracteriza o pólo é o de um sistema integrado de empresas, muito mais do que a soma de todas elas.

Além disso, paralelamente, existem instrumentos financeiros de natureza comunitária, nacional ou regional, para sustentar as necessidades das empresas.

Considerando a sua função de “incubadoras” de projetos industriais e de iniciativas, geralmente são metas dos administradores locais que entrevêem nelas uma resposta concreta ao fenômeno, ainda forte do desemprego juvenil, intelectual e feminino, que existe em muitas regiões da Itália.

Tudo isso acontece no sistema econômico atual, mas, num Pólo Empresarial de Economia de Comunhão, essa estrutura seria necessária, porém não é suficiente. O seu valor específico será o de poder favorecer, coletivamente, a partilha entre trabalhadores, viver momentos de intercâmbio de oportunidades de mercado entre as empresas, permitir uma formação adequada para quem, na Itália e na Europa, está ligado, ao projeto EdC*.

Há ainda outros objetivos: promover eventos em nível internacional para manter as empresas ligadas, fazer uma plena comunhão do lucro, dispensar uma grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, cooperar com outras empresas e instituições sociais presentes no município e, principalmente, favorecer a vida de comunhão entre as empresas, fazer com que cada empresário, embora na sua autonomia, não esteja mais sozinho, mas possa aconselhar-se com os outros nos momentos de dificuldade, possa partilhar a busca de novas escolhas e fazer circular a alegria dos sucessos.

Esta é uma característica específica na qual a figura do trabalhador é central – a sua relação com o trabalho, com os colegas – e, na linha da Economia de Comunhão, assume um valor fundamental.

Se em outros lugares procura-se uma motivação para suportar a fadiga do trabalho na gratificação econômica ou na posição hierárquica, aqui o motivo principal é o serviço, a confiança de que, juntos, se pode representar e tornar visível um modelo novo e verdadeiro de “economia sustentável e solidária”.

Chiara mesma nos dá uma nova visão e nos encoraja neste desafio, com suas palavras:

«Muitos se interrogam sobre como essas empresas, tão atentas às exigências de todos aqueles com quem tratam e ao bem de toda a sociedade, podem sobreviver no mercado. Com certeza o espírito que as anima colabora para que vençam muitos conflitos internos que dificultam obstáculos e, em certos casos, paralisam qualquer organização humana. Além disso, o seu modo de agir atrai a confiança e a benevolência de clientes, fornecedores e financiadores.



Pierangelo Tessieri

tessieri@bicnet.it

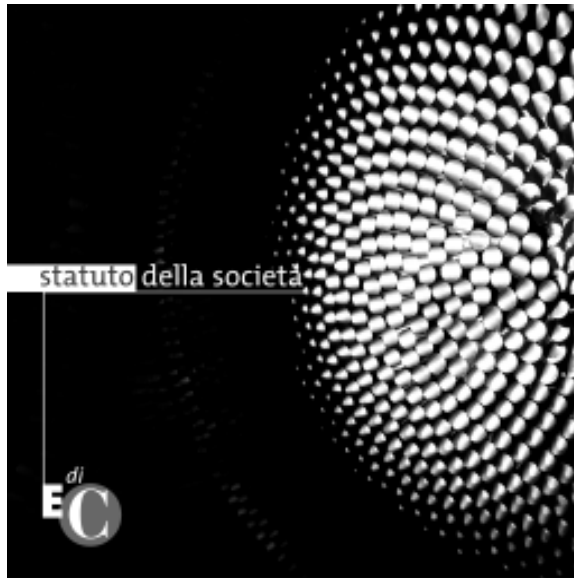
Todavia não podemos esquecer outro elemento essencial: a Providência Divina, que acompanhou constantemente o progresso da Economia de Comunhão nesses anos. Nas empresas da Economia de Comunhão deixa-se espaço à intervenção de Deus, inclusive na atividade econômica concreta. E experimenta-se que, após cada escolha contrária ao que aconselharia a praxe comercial, Ele não deixa faltar aquele “cêntuplo” que Jesus prometeu: uma receita inesperada, uma oportunidade imprevista, a oferta de uma nova colaboração, a ideia de um produto de sucesso».

* Estamos nos referindo ao Pólo Lionello, mas vale para todos os outros.

Notas sobre o Estatuto da Sociedade E. di C. S/A

A empresa **E. di C. S/A** foi constituída em 13 de outubro de 2001 e inscrita na Junta Comercial de Florença em 9 de novembro de 2001, com o nº 02344630484.

A empresa pretende buscar a realização dos próprios objetivos societários respeitando princípios de gestão coerentes com o projeto Economia de Comunhão na Liberdade.

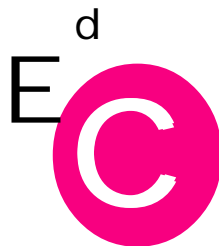


O objetivo social consiste em:

- aquisição, venda, construção, melhorias e gestão de bens imóveis, de qualquer espécie e finalidade, e na execução de qualquer operação relacionada com bens imóveis, inclusive a compra mesmo que na forma de arrendamento mercantil, o aluguel, a cessão em uso ou usufruto dos próprios bens, a administração de bens imóveis próprios e de terceiros;
- estudo, elaboração de projetos, realização, organização e gestão, direta e indireta, de conjuntos e plantas industriais, comerciais e/ou produtivas em geral, de infra-estruturas e de unidades auxiliares, parte delas e respectiva atividade comercial;
- promoção de novas empresas, tutelando-as na fase de implantação, proporcionando a locação de apropriadas áreas, equipadas e estruturadas, inclusive promovendo nessas áreas a abertura de laboratórios para teste de produtos e/ou desenvolvimento de processos, por parte das empresas e de seus consórcios;
- a participação, em caráter não dominante, mas com o objetivo de investimento estável e não especulativo, de associação, na Itália e no exterior, em empresas ou entidades existentes ou a serem constituídas, que tenham por objetivo atividades industriais, comerciais, imobiliárias, financeiras ou de serviço; o gerenciamento das próprias participações e o desenvolvimento de atividade de coordenação técnica, financeira ou operacional das empresas ou entidades das quais participa, direta e/ou indiretamente, sempre de modo não prevalente e, de qualquer forma, apenas com relação a empresas controladas ou coligadas, ou pelas empresas por elas controladas e/ou coligadas, conforme o artigo 2359 do Código Comercial;
- o cumprimento de todas as operações comerciais e de intermediação comercial – inclusive a aquisição, a utilização e a concessão ou cessão de patentes, licenças, procedimentos, além de admitir e conceder encargos de agenciamento, mandato, representação – industrial, mobiliária, imobiliária e financeira – incluindo a prestação de serviços contábeis, administrativos, organizacionais, bem como a realização de cursos e escolas de formação e aperfeiçoamento, para empresas coligadas e/ou de terceiros – considerados pela administração necessários, úteis e oportunos para a consecução do objetivo social.

A Empresa tem sua sede em Incisa Vald' Arno (Florença) – Loppiano

A duração da empresa será até 31 de dezembro de 2060, salvo sucessivas prorrogações.



Emanuele Perrone
perronee@tin.it

O capítulo relativo ao capital social merece ser aprofundado.

O **capital social** foi determinado em 185.400 Euros e foi dividido em N° 3.708 ações no valor de 50 Euros cada.

No ato de constituição, os sócios delegaram ao Conselho de Administração, de acordo com o artigo 2443 do Código Civil, a faculdade de aumentar uma ou mais vezes o capital, até alcançar o máximo de 3 milhões de Euros, pelo período máximo de cinco anos a partir da data de inscrição da empresa na Junta Comercial. A ata da deliberação dos administradores do aumento de capital deve ser redigida por um tabelião e deve ser arquivada e registrada de acordo com o art. 2436 do Código Civil.

No caso de aumento do capital social, os acionistas de cada categoria terão a opção de receber ações da nova emissão da própria categoria.

As ações

O valor nominal de cada ação é de 50 Euros.

O valor comercial das ações (não serão ações comercializadas na bolsa), pelo menos inicialmente, será ligado ao valor do terreno e dos imóveis que serão construídos. Logicamente elas não produzirão lucros imediato.

Transferência de ações – Direito de opção

As ações são livremente transferidas por sucessão, em caso de morte. No caso de mais de um herdeiro, os respectivos direitos serão exercidos por um representante comum.

As ações serão livremente transferidas também por vontade de pessoas vivas somente entre parentes e afins até o 2º grau e às empresas controladas, controladoras ou coligadas.

Para as transferências entre pessoas vivas, com exceção dos casos citados no parágrafo anterior, o acionista deverá propor a venda ao Conselho de Administração, declarando quantas ações pretende vender e o relativo preço; o Conselho de Administração (C.d.A.) tentará encontrar, no prazo de um mês a partir da comunicação, um novo acionista que deseje comprar as ações oferecidas, pelo preço indicado. Caso não consiga, o acionista que oferece as ações estará liberado para vendê-las a terceiros.

A não observância das disposições que precedem, comporta a ineficácia da venda da ação/ações em relação à empresa.

O artigo 32

Qual é a característica, a novidade desta empresa?

Uma das características do estatuto desta empresa é o art. 32, no qual se lê:

«Sobre o lucro líquido resultante no balanço será deduzido 5% a ser destinado à reserva ordinária», de acordo com a lei, portanto, não se trata de nenhuma novidade. O outro parágrafo, por sua vez, apresenta a novidade: «30% do lucro líquido será aplicado em um fundo especial de solidariedade, para satisfazer as necessidades de pessoas pobres identificadas pelo C.d.A.».

Pensamos em atribuir esta faculdade ao C.d.A., que exprime a coerência ao projeto, e não à Assembléia, pois, como esta sociedade brevemente terá um número elevado de sócios, seria difícil reunir sempre a Assembléia inteira, escutar as palavras legítimas, válidas, de todos e reuni-las e sintetizá-las num único pensamento, para estabelecer a quem destinar esse fundo e as relativas modalidades de contribuição.

É o C.d.A quem expressa a vontade de toda a Assembléia e quem estabelece os modos, os termos e os destinatários deste fundo especial. De fato, o artigo prossegue afirmando: «A destinação ao fundo vai ocorrer nos modos e nos termos fixados por deliberação do próprio órgão administrativo. Sobre o encaminhamento do lucro residual...», portanto, uma vez deduzidos os 5% e também os 30%, os restantes 65% «são destinados pela Assembléia, que aprova o balanço».

Talvez esta seja a parte mais importante, mais inovadora. É uma grande novidade: não esqueçamos de que se trata de uma sociedade anônima que, por definição, é uma sociedade comercial que tem por objetivo a obtenção de lucro!

Gostaria de ressaltar que, a meu ver, este artigo 32 é particularmente significativo.

A peculiaridade deste trecho do estatuto da S.A. consiste, principalmente, em ter enunciado a particular destinação de uma parte considerável do lucro. Talvez seja a primeira vez que um estatuto de uma S.A. tenha determinado tão explicitamente a vontade da empresa de colaborar para suprir as necessidades de pessoas pobres, em outros termos, o desejo de destinar uma parte do lucro para aliviar o sofrimento dos pobres e para a comunhão de bens.

Em conclusão, adotamos esta solução, pois, sendo uma sociedade por ações, uma sociedade comercial, não poderia ter sido estruturada de outro modo, porque, pelo menos até o momento, a nossa legislação ainda não considerou a constituição de uma sociedade por ações que permita aos sócios renunciar a uma parte tão considerável do lucro.

Atualmente se admite uma constituição semelhante no âmbito das entidades previdenciárias, de entidades sem fins lucrativos, das associações ou das fundações, mas certamente não nas sociedades comerciais, cujo principal objetivo é produzir lucro, a ser distribuído em medida maior ou menor entre os sócios.

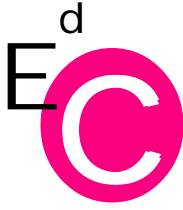
Eis porquê fizemos a “livre” escolha prevista no estatuto de destinar 30% do lucro aos pobres. Em relação ao lucro restante, cabe à Assembléia dos Acionistas decidir – desde que não haja mudanças na legislação – se ainda será destinado outro valor ao projeto da Economia de Comunhão.

As primeiras adesões ao lançamento do Pólo Lionello

Silvano Roggero
polo.lionello@loppiano.it

Após o lançamento do Pólo Lionello, houve uma explosão de adesões que levou a milhares de pessoas a semente deste novo agir econômico e empresarial baseado na comunhão.

Alguns ecos:



do Brasil:

Sentimo-nos impelidos a dar uma resposta imediata e concreta a esta ação – disse Agostinho Lopes, empresário e acionista do Pólo Spartaco. Fizemos, então, uma comunhão de bens entre nós,

arrecadando uma soma que logo mandamos a Chiara, como um pequeno tijolo para a construção do Pólo Lionello, de Loppiano.

da Itália:

- Quando Chiara lançou a EdC, dez anos atrás, eu aderi ao projeto imediatamente, com todo o ânimo, intuindo o potencial revolucionário que ele trazia em si. Nestes últimos anos, tornou-se cada vez mais forte o desejo de ver, num lugar próximo da minha cidade, o surgimento de uma empresa na qual pudesse investir as minhas economias, porque sei que aquilo que recebi de minha família ou que economizei é uma reserva para o futuro e não um acúmulo, por isso quero que tenha uma destinação universal. Com o lançamento do Pólo empresarial de Loppiano, em maio de 2001, vi realizarem-se as minhas expectativas. Com grande alegria, mandei imediatamente a minha proposta de adesão, para não correr o risco de me deixar paralisar por raciocínios e temores. Conversei sobre isso com meus amigos e familiares, porque percebo que este é um momento singular, um encontro marcado com a história, e não gostaria que eles perdessem esta oportunidade. Decidi renunciar ao meu 13° para dar algumas ações de presente a eles.
- Decidimos usar parte da restituição do imposto de renda, que recebemos nesses dias, para contribuir com este “farol de luz”, comprometendo-nos com a compra de algumas ações.
- Posso ir para o trabalho de bicicleta, em vez de ir de ônibus. Com a economia que farei, em dois meses poderei comprar as minhas primeiras ações.
- Fiquei entusiasmado! Nós jovens não temos dinheiro, mas não posso deixar de participar. Vi que trabalhando três noites numa pizzeria, eu também conseguirei comprar a minha ação.
- Sinto-me envolvida pessoalmente no compromisso de realizar este sonho e ver renovado também este aspecto da humanidade. Hoje, depois dos acontecimentos de 11 de setembro, isso me parece ainda mais importante.

- Uma família, cuja esposa havia recebido um percentual significativo da indenização, investiu na compra de ações “a fim de contribuir na realização do designio de Deus sobre a humanidade”.
- O pouco que tenho será usado integralmente para o Pólo!
- Em meio às bolsas de valores em queda e a compromissos econômicos impostos à humanidade, o Espírito Santo oferece uma economia nova, possível e real. Quero aderir com fé.
- Vivo da minha aposentadoria e não tenho muitas economias, mas subscrevi algumas ações. Trabalhei por 30 anos como operário numa fábrica e sei o quanto, às vezes, é difícil. Desejo ver, brevemente, todas as fábricas transformadas por este projeto.
- Eu desejava aderir logo a esta proposta, levando também o meu marido a participar. Mas, de início, ele realmente não estava de acordo. Depois, surpreendi-me quando me disse: «Estamos com muitas despesas e a minha conta está no vermelho... espero receber alguma coisa em breve, mas acredito que podemos comprar algumas ações». Era justamente o que eu pensava!
- Uma senhora napolitana, de 85 anos, disse: «Quero comprar cinco ações, mas pago logo, pois quem sabe se estarei viva até outubro (data da abertura da S/A). Quero morrer feliz por ter feito o que estava ao meu alcance».
- Fiz as contas e estipulei o valor que reservaria ao Pólo. Alguns dias depois, uma carta da Previdência Social comunicou-me que a minha aposentadoria havia sido liberada. Surpreendentemente, receberia também o atrasado, que eu não tinha mais esperanças de receber... Pareceu-me a resposta de Jesus: ele estava feliz com o que eu havia feito.
- Com os Jovens por um mundo unido, tínhamos reservado algumas economias para comprar microfones. Agora, porém, não podíamos mais deixar esta quantia parada! Conversamos e decidimos, unanimemente, “investir” no Pólo, com a certeza de que a Providência se ocupará do restante, se for necessário.
- Com os nossos três filhos, voltamos à Itália depois de morar cerca de nove anos na Bolívia. Um período do qual nos recordaremos como o mais lindo de nossas vidas. Claro que não faltaram dificuldades, conhecemos de perto a pobreza e partilhemos a luta cotidiana de muitas pessoas que passam por necessidades. A Bolívia e os amigos que conhecemos ficaram em nossos corações, mas muitas vezes experimentamos a impotência diante das graves necessidades econômicas daquelas pessoas e de outras, que exigem uma resposta urgente. A notícia do surgimento do Pólo Lionello próximo a Loppiano e a possibilidade de contribuir com a sua realização, mesmo sem sermos empresários, deu-nos uma grande alegria e esperança.

VITA

CÉLIA MARIA CALS DE VASCONCELOS

MEDICINA GERIÁTRICA E PLANEJAMENTO FAMILIAR

Centro Clínico Sul – SHLS 716 – Torre I – salas 310/312 – Brasília – DF
Fone: (61) 245-6186/346-1995 – Fax: (61) 346-1766

CENTRO MÉDICO SALUS



Av. senador Álvaro Maia, 1580
69020-210 – Manaus – AM
Fone: (92) 232-6202

UNICONSULT S/C Ltda.

Consultoria Internacional

MARYGEN Traduções S/C Ltda.

Interpretação simultânea,
todos os idiomas,
traduções juramentadas Inglês/Port.

Rua José Ernesto Tozzi, 259 c/4
Mariápolis Ginetta - 07730-000
Vargem grande Paulista - SP
Fone: (11) 4158-3537/9964-2775
Fax: (11) 4158-1686
rtsebok@picture.com.br



TOPUS - 3

CONSULTORIA CONTÁBIL - ECONÔMICA - JURÍDICA

Consultoria Contábil – Econômica – Jurídica

Av. da Aurora, 295 – Conj. 601 – Boa Vista – Recife – PE – 50050-000
Fone: (81) 3221-1966 – topus@elogica.com.br



Av. Major Gabriel, 1080 – Centro
699920-60 – Manaus (AM)
Fone: (92) 622-4000 – Fax: (92) 622-1230



CONSTRUSANE

CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

REPRESENTANTE

RO ROTOGINE

SCLN 205 Bl. "C" Loja 16
Fone: (61) 273-9483
Fax: (61) 273-4261
sane@solar.com.br



Chocolates F inos

Rua Noraldino Lima - 495 - sala 101/108
Aeroporto - Belo Horizonte (MG)
Cep: 31270-650
Telefax: (31) 3441-1396
bombonino@ieg.com.br

incontro
Consultoria e Mediação

Oferecemos atendimento na área do relacionamento.

Atendemos em:

- Psicodrama
- Logoterapia
- Abordagem Direta do Inconsciente - ADI

Rua Viçosa, 43 – Salas 1005 e 1007
Bairro São Pedro/Savassi – Belo Horizonte - MG
Fone: (31)3223-8833 – 3277-9644
danielrosilveira@zipmail.com.br
heloisasilveira@brfree.com.br



Rua Fernandes Vieira, 146
Fone: (54) 425-1317
Telefax: (54) 452-1444
95700-000
Bento Gonçalves – RS
jcaval@italnet.com.br



25 ANOS
ESPALHANDO
SEMENTES
DE ESPERANÇA

Rua Rangel Pestana, 850
Centro – Piracicaba – SP
Telefax: (19) 3434-2888
zaclivros@terra.com.br